

**A MJSP - POLÍCIA FEDERAL**

**SERVIÇO DE COMPRAS - SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF**

Ref: EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º 02/2021

Processo N.º 08200.018247/2021-71

O STREIT GROUP FZ LLC, empresa constituída no registro 100226324000003, com sede no PLOT 002, AL Hamra Industrial Zone-FZ, RAK, Emirados Árabes Unidos, representado neste ato pelo seu representante legal ANTONIO AMARAL VILAS BOAS NETO, CPF 355.468.858-40, residente na Rua Danilo Mozelli, 184 Jundiai, SP, 13208-027, Brasil, vem se manifestar em relação aos seguintes assuntos:

Em relação a MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA

**1) Segue texto extraído**

“6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3.4. Junto a **documentação da embarcação deve ser entregue certificado de** Classificação de casco e da estrutura do convés conforme certificado de classe: DNV HSLCPATROL (ou classificação equivalente emitida por Sociedade Classificadora, membro da *International Association of Classification Societies* – IACS, e reconhecida pela Autoridade Marítima Brasileira), para o item 1 deste TR.

6.3.5. Diante da necessidade de cumprimento das determinações contidas no Acórdão nº 1431/2021 do Tribunal de Contas da União (Relatório de Fiscalização TC n. 040.799/2020-4), assim como garantir a efetividade da aquisição, as certificações da embarcação deverão ser apresentadas no momento da apresentação da proposta. Acresça-se que a solução apresentada pelo Estudo Técnico Preliminar possui harmonia com produtos já existentes no mercado, ou seja, embarcações plenamente utilizadas por forças policiais internacionais que já possuem as certificações requisitadas.



6.3.6. Ademais, exigir certificação posterior, é trazer, para a Administração Pública, um risco de não efetividade para a licitação (que possuem custos e tempo específicos), após adjudicação, acaso a vencedora não atinja os requisitos mínimos das certificadoras homologadas pela Marinha do Brasil. Nessa esteira, estar-se-ia, ao deixar de exigir as certificações com a proposta, trazendo o risco do negócio empresarial para a Administração Pública, às custas do erário, com o que não se pode coadunar “

O parágrafo 6.3.5 e 6.3.6. estão listados na fase de recebimento provisório, porém esses estipulam que “as certificações da embarcação deverão ser apresentadas no momento da apresentação da proposta”.

Ora, a certificação requerida as embarcações são demandas específicas de alguns clientes e esta não é requerida por grande parte dos clientes do Grupo Streit.

Ademais utilizar certificações de barcos semelhantes não implica que o barco a ser entregue atenda 100% dos fatores atrelados a certificação. **Sendo assim deve-se requisitar a certificação do barco a ser entregue no momento de recebimento provisório do item e não na proposta.**

Temos que ressaltar que o argumento de que “exigir certificação posterior, é trazer, para a Administração Pública, um risco de não efetividade para a licitação” e “o risco do negócio empresarial para a Administração Pública, às custas do erário,” não é válido.

Uma vez que a certificação requisitada faz parte do objeto da licitação, a falta da entrega da mesma no momento de recebimento significa a não entrega do objeto da licitação. Sendo assim o risco de atender as condições mínimas da certificação é inteiro sobre a Contratada e não há impacto ao erário já que o pagamento é atrelado a entrega e cumprimento integral das especificações requisitadas.

**O pedido da certificação no momento da proposta pode inviabilizar o certame uma vez que colocará uma grande barreira a maioria das empresas do segmento. Pedimos então que o momento de entrega seja no momento de recebimento provisório do objeto.**

- 2) “6.7.7. No período de avaliação deverá ocorrer a testagem do material balístico das lanchas de patrulha e interceptação (item 1), conforme NBR 15 000 ou norma equivalente e/ou superior, devendo a contratada providenciar em local, materiais adequados para realização do ensaio de avaliação, bem como pessoal técnico capacitado.



**Pedimos que seja permitida que a comissão de recebimento acompanhe a lacração de uma amostra de material balístico para que este seja enviado a laboratório terceiro ou próprio para condução dos testes. Resaltamos a importância de manter as condições de teste previsto na norma para reduzir os riscos de execução do objeto.**

- 3) “15.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculada da quele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.”

**Pedimos revisão deste parágrafo uma vez que não está claro o por que o prazo de garantia do bem não está fixado no contrato.**

- 4) “8.1.24. Escolher, contratar e pagar os honorários da empresa Comissária de Despacho Aduaneiro (despachante), que prestará assistência à Comissão de Recebimento da Contratante para o desembaraço aduaneiro, no caso de empresa ou sociedade estrangeira que não funcione no Brasil, caso seja necessário, por conta, risco e responsabilidade da empresa que representar o(s) proponente(s) estrangeiro(s) no Brasil.

8.1.25. Responsabilizar-se por todo auxílio necessário ao Despachante Aduaneiro ou Comissão designados pela Contratante, devidamente credenciado perante o Sistema de Comércio Exterior – SISCOMEX, para o efetivo desembaraço alfandegário junto aos órgãos aduaneiros e demais órgãos governamentais que possam estar envolvidos no processo de regularização de entrada do objeto desta licitação no país, cuja responsabilidade pela escolha, contratação e pagamento dos honorários da empresa Comissária de Despacho Aduaneiro (“Despachante”) correrá exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa Contratada.”

**Pedimos revisão desta demanda uma vez que até o nosso conhecimento o órgão gestor deste processo não permite a emissão de procuração a não ser a servidor subordinado ao MJSP. Assim demandar o serviço de despacho aduaneiro vai ser um custo que será agregado no preço do contratante sem trazer benefício real na contratação.**

- 5) “11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.”

**Pedimos que para melhor formação dos preços, ou deixar explícito que os custos de viagem e despesas relacionadas a visita da comissão são da contratante ou deixar explícito que os custos são da contratada e neste último caso explicitar o número máximo de integrantes da comissão.**

- 6) “13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.



13.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, ospreços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice de acordo com o índice de variação do Dólar Americano para empresas estrangeira e ou IPCA para empresas nacionais brasileiras, sendo obrigatoriamente utilizada a mais vantajosa para a Administração, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.”

**Pedimos que os índices de reajustes para moeda local e estrangeira sejam definidos no Edital pois a futura denifiação dos mesmos podem criar instabilidade contratual para ambas as partes. Para evitar futuras discussões pedimos que o inclusive seja previsto o que acontecerá em caso em que o índice seja negativo.**

**Uma vez que a carta de crédito estará aberta, como será feito esse reajuste?**

**Pedimos regras mais claras e automáticas sobre o momento do reajuste. Por exemplo: o que será feito caso a carta de crédito já esteja aberta? O que acontecerá em caso extremos de deflação?**

**Sugerimos inclusive um cronograma de como será feita a contratação uma vez que as cartas de crédito geralmente duram somente 12 meses. Quais serão os fatos e momentos geradores de reajuste e como será gerenciado a contratação de 3 anos com a emissão da carta com validade de 12 meses.**

**Sugerimos ainda consulta ao Banco do Brasil para alinhar com o emissor da carta de crédito.**

- 7) “17.3.1.2. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar Atestados de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, nacional ou internacional (caso em que o documento deverá atender às normas para reconhecimento de documentos internacionais em território nacional pela Administração Pública), comprovando o fornecimento de lanchas compatíveis com as características do objeto ora licitado em quantidade superior a 5% do quantitativo total do item ofertado.”

**A demanda de apresentação de legalização documental, leia-se documentos autenticados pelo Consulado ou Apostilados segundo a Convenção de Haia e traduzidos por tradutor juramentado, durante a fase de credenciamento e de habilitação está desatualizada em relação ao DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 ( [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D10024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10024.htm)).**

**Segundo o DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, o rito documental para licitante estrangeiro deve ser: “as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre”**

**“Parágrafo único. A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV e V do caput poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf e em sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, quando a licitação for realizada por esses entes federativos.**

**Art. 41. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.”**

**Sendo assim, está claro que a demanda presente no parágrafo 17.3.1.2. não atende o decreto federal já citado e deve ser revisada para estar de acordo com o mesmo.**

Em relação ao ANEXO - 4 A

- 1) “1.1. É mandatório que a modalidade a ser usada  
1.2. DAP - Delivered at Place (entregue até o local); “

**Pedimos a reconsideração do INCOTERM DAP, uma vez que este implica no pagamento de estocagem pela contratada a demora na atuação do desembaraço irá implicar diretamente em custos para a contratada. O foco do nosso ponto é que o desembaraço gera riscos nas quais a contratada não tem controle, fazendo com que a mesma tenda a colocar margem de erro no preço.**

**Assim sendo, sugerimos que o Incoterm seja CIF, assim diminuindo a exposição de risco da contratada, o que irá gerar lances mais agressivos no certame pelo maior controle sobre os custos.**

- 2) 2.1. A empresa CONTRATADA deverá entregar as 60 (sessenta) Lanchas de Fiscalização Fluvial (LFF) da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (item 3 do TR) em até três anos, sendo 20 (vinte) embarcações no primeiro ano, outras 20 (vinte) no segundo ano e as últimas 20 (vinte) lanchas no terceiro ano;”

**Uma vez que há ganho de escala com frete, pedimos que haja um cronograma de entrega por destino final. A clareza em como será essa distribuição impactará nos custos de frete internacional e locais. Salientamos que o custo de transporte de uma ou duas unidades são os mesmos e que temos ganhos de escala com volumes maiores. Sendo assim, uma definição do cronograma de entrega por localidade facilitará nossa previsão de custos de transportes, fazendo com que o risco de execução seja menor.**

Em relação ao ANEXO – 1

- 1) “1.14. Durante a construção da embarcação, toda a alteração pretendida pela contratante ou contratada, desde que não comprometa a estrutura da embarcação original ou altere sua certificação para barco patrulha (modificação excessiva que descaracterize o modelo já consagrado no mercado náutico internacional de segurança pública) e não ofereça custo excessivo para sua inclusão ao projeto original



(que ocasione aumento de preço na proposta comercial) deverá ser proposta e acordada formalmente pelas partes.”

**Pedimos a reconsideração deste parágrafo, acreditamos que possa ser um ponto frágil e passível de ser impugnado.**

- 2) “1.16. O Contratante deverá ter livre acesso às dependências da Contratada durante a construção das lanchas, sem a necessidade de agendar visitas.”

**Pedimos a reconsideração deste parágrafo, pedimos um prazo de 30 dias para mobilizarmos o time responsável pelo projeto até a planta fabril.**

- 3) “1.18. Preliminarmente, no caso de bens advindos do exterior, devido ao valor financeiro extremamente elevado, antes do embarque da 1ª remessa para o Brasil, uma comissão formada por, no mínimo, 03 (três) servidores da Polícia Federal, designados pela Administração, “poderá” ser enviada ao estaleiro para vistoriar o lote, realizando os testes de pilotagem na embarcação, evitando-se qualquer inconformidade facilmente sanável na origem, (uma vez que, em solo brasileiro, haverá dificuldades técnicas e logísticas para realização dos mesmos). Ademais, evitará maiores problemas no Recebimento Provisório e Definitivo, além de se evitar o desuso do equipamento de alta relevância operacional por necessidade de saneamento de inconformidades.
- 24.1. Preliminarmente, no caso de bens advindos do exterior e por tratar-se de valor financeiro extremamente elevado, antes do embarque para o Brasil, para a primeira remessa (Lancha 01), uma comissão formada por pelo menos 3 (três) servidores, com conhecimento técnico na área náutica, designados pela Administração “poderá” ser enviada até o estaleiro para vistoriar a remessa, realizando testes de pilotagem, avaliando o comportamento da embarcação na água e a adequação aos requisitos do Termo de Referência e seus anexos;”

**Pedimos que para melhor formação dos preços, ou deixar explícito que os custos de viagem e despesas relacionadas a visita da comissão são da contratante ou deixar explícito que os custos são da contratada e neste último caso explicitar o número máximo de integrantes da comissão.**

- 4) “3.3. As certificações devem ser apresentadas quando do julgamento das propostas, devendo ser apresentado o documento em conformidade com as regras da certificadora escolhida.”

Ora, a certificação requerida as embarcações são demandas específicas de alguns clientes e esta não é requerida por grande parte dos clientes do Grupo Streit.



Ademais utilizar certificações de barcos semelhantes não implica que o barco a ser entregue atenda 100% dos fatores atrelados a certificação. **Sendo assim deve-se requisitar a certificação do barco a ser entregue no momento de recebimento provisório do item e não na proposta.**

Temos que resaltar que o argumento de que “exigir certificação posterior, é trazer, para a Administração Pública, um risco de não efetividade para a licitação” e “o risco do negócio empresarial para a Administração Pública, às custas do erário,” não é válido.

Uma vez que a certificação requisitada faz parte do objeto da licitação, a falta da entrega da mesma no momento de recebimento significa a não entrega do objeto da licitação. Sendo assim o risco de atender as condições mínimas da certificação é inteiro sobre a Contratada e não há impacto ao erário já que o pagamento é atrelado a entrega e cumprimento integral das especificações requisitadas.

**O pedido da certificação no momento da proposta pode inviabilizar o certame uma vez que colocará uma grande barreira a maioria das empresas do segmento. Pedimos então que o momento de entrega seja no momento de recebimento provisório do objeto.**

5) “10.15. Será fornecido junto com a embarcação:

10.15.1. 01 (um) equipamento “manual”, para inflagem de flutuadores;

10.15.2. 01 (um) compressor “elétrico”, portátil, para inflagem de flutuadores.

10.15.3. O equipamento deverá alcançar todas as válvulas de inflagem da embarcação;”

**Pedimos maior clareza entre as categorias de flutuadores aceitos no certame bem como o que é esperado de cada categoria. Por exemplo, o texto acima leva a entender que mesmo que o flutuador não seja inflável, deve ser entregue inflador, compressor e válvulas.**

Em relação ao ANEXO – 2

1) “10.1. **Condição de prova:**

Atirador, portando o armamento compatível com calibre solicitado, irá proceder disparos na antepara de proteção do artilheiro, na distância e com munições “novas”, não podem transfixar a placa: 10.1.1.”



**Pedimos que seja permitida que a comissão de recebimento acompanhe a lacração de uma amostra de material balístico para que este seja enviado a laboratório terceiro ou próprio para condução dos testes. Resaltamos a importância de manter as condições de teste previsto na norma para reduzir os riscos de execução do objeto.**

Em relação ao ANEXO – 3

- 1) “1.10. Pela natureza do objeto a ser comprado – embarcações para o serviço policial – e pela elevada soma de recursos públicos empregados na aquisição, é razoável a exigência de garantia contratual.

1.11. A garantia contratual permitirá maior eficiência e efetividade no emprego das embarcações, pois evitará que fiquem inoperantes por tempo demasiado em razão de defeitos ou danos. Ela também permitirá reposição de peças, reparos e trocas com mais celeridade, em atendimento aos princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade.”

**Pedimos maior clareza do que se trata a garantia contratual. Normalmente temos a garantia do bem e em casos específicos pedido de garantia de execução contratual “Seguro-garantia ou depósito”. A garantia de execução contratual só irá trazer custos para contratação na nossa opinião.**

**A questão é que está confusa a questão de garantia no contrato, precisamos que esteja definido os detalhes de garantia pretendido.**

**O atual texto leva confusão garantia de execução de contrato e garantia do bem.**

Em relação ao ANEXO – 1A

- 1) “1.14. Preliminarmente, no caso de bens advindos do exterior, devido ao valor financeiro extremamente elevado, antes do embarque da 1ª remessa para o Brasil, uma comissão formada por, no mínimo, 03 (três) servidores da Polícia Federal/SEMPI-MJSP, designados pela Administração, “poderá” ser enviada ao estaleiro para vistoriar o lote, evitando-se qualquer inconformidade facilmente sanável na origem, bem como poderão ser realizados os testes na embarcação (uma vez que, em solo brasileiro, haverá dificuldades técnicas e logísticas para realização dos mesmos). Ademais, evitará maiores problemas no Recebimento Provisório e Definitivo, além de se evitar o desuso do equipamento de alta relevância operacional por necessidade de saneamento de inconformidades.

18.1. Preliminarmente, no caso de bens advindos do exterior e por tratar-se de valor financeiro extremamente elevado, antes do embarque para o Brasil, a primeira remessa (Lancha 01), uma comissão



formada por 04 (quatro) servidores, com conhecimento técnico na área náutica, designados pela Administração “poderá” ser enviada até o estaleiro para vistoriar os lotes, .”

**Pedimos que para melhor formação dos preços, ou deixar explícito que os custos de viagem e despesas relacionadas a visita da comissão são da contratante ou deixar explícito que os custos são da contratada e neste último caso explicitar o número máximo de integrantes da comissão.**

Em relação aos questionamentos realizados pela comissão durante a audiência

- 1) “As empresas conseguem entregar a demanda apresentada em 3 anos? Em caso positivo, qual seria a previsão da quantidade de entrega de unidades, por ano? Se não, em quanto tempo?”

**Sim conseguimos entregar a demanda em 3 anos. Salientamos que com as restrições apresentadas pelos nossos subfornecedores para 2022, podemos entregar 60 embarcações em 2022 e acreditamos que com alívio das cadeias produtivas podemos aumentar a velocidade de entrega em 2023 e 2024.**

**Sendo assim, mesmo com as dificuldades logísticas presentes nesse momento, entendemos ser possível a execução dentro do período pretendido.**

- 2) “O cronograma previsto no Anexo IV é plausível? Se não, qual a sugestão das empresas?”

**Entendemos que é plausível. Pedimos somente melhor detalhamento da entrega por destino final para melhor planejamento e melhor formação dos preços.**

- 3) “É possível garantia de estrutura (casco e soldas) de 10 anos?”

**Entendemos que é uma demanda fora do padrão e implicará em maior complexidade para formação dos preços.**

- 4) “Qual a diferença de custos entre os testes serem realizados na Sede da empresa e no Brasil? Favor encaminhar, se possível, custos discriminados em língua portuguesa.”

**Entendemos que é muito mais arriscado para administração e contratada realizar os testes no Brasil. Entendemos que esses devem ser feitos no momento de recebimento provisório na fábrica.**

Brasília, 19 de Outubro de 2021

*Antônio Amaral Vilas Boas Neto*  
*Representante Legal*